

EDITAL DE CHAMAMENTO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018**

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT/MG, através de sua Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria Municipal nº 841/2018 de 30 de Janeiro de 2018, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.885.485/0001-88, com sede à Praça da Matriz nº 285 – Bairro Centro – nesta cidade de Francisco/MG, faz saber e torna público para conhecimento de todos a que se interessem, que realizará o Processo Licitatório nº. **027/2018**, no dia **07** de **Junho** de **2018 às 09:00 horas**, na modalidade Tomada de Preços nº. **007/2018**, cujo edital encontra à disposição dos interessados para exame e aquisição no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, sito à Rua Frey Henrique nº. 99-B, Centro, tendo por objeto a **Contratação de empresa Especializada em Construção Civil para Execução das Obras de Pavimentação Asfáltica em Pré-Misturado a Frio (PMF), com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 846127/2017/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal com a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG**, através de empreitada global do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme projeto básico e especificações técnicas composta de: planilha orçamentária, memorial descritivo, memória de cálculo e Projetos Técnicos, anexos ao presente edital de chamamento.

ENTREGA DOS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS"

DATA: 07/06/2018

HORÁRIO: 09:00 horas

LOCAL: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, situada à Rua Frey Henrique, nº. 99-B, Bairro Vila Nova, Francisco Dumont/MG.

ABERTURA DOS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS"

DATA: 07/06/2018

HORÁRIO: 09:00 horas

LOCAL: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, situada à Rua Frey Henrique, nº. 99-B, Bairro Vila Nova, Francisco Dumont/MG.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente procedimento licitatório a **Contratação de empresa Especializada em Construção Civil para Execução das Obras de Pavimentação Asfáltica em Pré-Misturado a Frio (PMF), com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 846127/2017/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal com a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG**, através de empreitada global do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme projeto básico e especificações técnicas composta de planilha orçamentária, memorial descritivo, memória de cálculo e Projetos Técnicos, partes integrantes do presente edital.





PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



1.2 – O Projeto Básico, composto pela Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo e Plantas (pranchas) serão disponibilizados aos interessados que adquirirem este edital através de cópia em CD-ROOM, Pen Drive, ou outro meio eletrônico solicitado.

1.3. O valor global previsto para a obra é de **R\$ 224.995,19** (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Dezenove Centavos).

II – ÁREA SOLICITANTE

2.1 - Secretaria Municipal de Obras.

III – DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO/PARTICIPAÇÃO

3.1 - As empresas interessadas em participar da presente licitação, deverão adquirir o edital até o dia **04 de Junho de 2018**, no Setor de Licitações, situada na Rua Frey Henrique nº. 99-B, Bairro Vila Nova, Francisco Dumont/MG.

3.2 - É vedado expressamente a participação na presente licitação de empresa em formação de consórcio.

3.3 – Não poderão participar do presente processo licitatório, direta ou indiretamente, servidor ou contratado da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, na forma prescrita pelo Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 – Poderão participar da presente Tomada de Preços a empresa do ramo pertinente ao objeto licitado, portadores do **CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL** a ser emitido pelo Município de Francisco Dumont/MG, quando do cadastramento ou regularização, que deverá ser emitido até o dia **04 de Junho de 2018, às 17:00 horas**, na Divisão de Licitações desta Prefeitura, situada à Rua Frey Henrique nº 99-B – Centro no horário de 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min e que atender todas as condições de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Habilitação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira fixadas neste edital.

3.3.1 – Da Habilitação Jurídica

3.3.1.a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos dirigentes da empresa (Inciso I, Art. 28, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.1.b) Registro Comercial, no caso de empresa individual (Inciso II, Art. 28, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.1.c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial; e, no caso de sociedade por ações, ata de eleição de seus administradores (Inciso III, Art. 28, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.1.d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (Inciso IV, Art. 28, Lei Federal nº. 8.666/93).

3.3.1.e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (Inciso V, Art. 28, Lei Federal nº. 8.666/93).

3.3.1.e1) Cadastro de Inscrição Estadual, emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado sede da Licitante;

3.3.1.e2) Alvará de Licença de Funcionamento emitido pela Repartição Fazendária do Município onde o licitante mantém sua sede.

3.3.2 – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

3.3.2.a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, relativo a sua sede (Inciso I, Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.2.b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, este se houver e relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação (Inciso II, Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.2.c) Prova de regularidade para com as Fazendas Públicas:

3.3.2.c1 – Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa, que inclua quitação de débitos referentes a Tributos Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Inciso III, Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.2.c2 – Certidão Negativa de Débitos – CND – ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do Estado sede da licitante (Inciso III, Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.2.c3 – Certidão Negativa de Débitos – CND – ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Municipal, emitida pela repartição fazendária do Município sede da licitante (Inciso III, Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/93).

3.3.2.c4 – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal (Inciso IV, Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/93).

3.3.2.c5 – Prova de regularidade perante o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) Certidão Negativa de Débitos (CND), ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, comprovando a ausência de débitos previdenciários emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Inciso IV, Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.2.c6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho da jurisdição da sede da licitante, nos termos do inciso V do Art. 29 da Lei Federal n. 8.666/93, acrescentado pela Lei Federal n. 12.440/2011 de 7 de julho de 2011.



3.3.3 – Da Qualificação Técnica

3.3.3.a) Prova de inscrição e de regularidade da licitante (empresa) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura) de sua sede (Inciso I, Art. 30 da Lei Federal nº. 8.666/93);

3.3.4 – Da Qualificação Econômico-Financeira

3.3.4.a) Documento arquivado na Junta Comercial (Certidão de Registro na Junta Comercial), demonstrativo de que a licitante possui capital social integralizado, mínimo de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais), que se contém no limite de dez por cento do valor estimado da obra (§§ 2º. e 3º. do Art. 31 da Lei Federal nº. 8.666/93).

3.3.4.b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2017), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, **vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios**, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente registrado na Junta Comercial do respectivo Estado da sede da licitante.

3.3.4.b)1. É condição indispensável para apresentação do Balanço Patrimonial referido no item anterior o registro na Junta Comercial.

3.3.4.c) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pela Secretaria do juízo competente da jurisdição da sede da licitante interessada no cadastro. (Inciso II do Art. 30 da Lei Federal nº. 8.666/93), com prazo de validade inferior a 90 dias, quando dela não conste a validade normal.

IV – DA VISITA TÉCNICA

4.1. A visita ao local da obra será **no período de 21/05/2018 a 04/06/2018, em horário a ser agendado com o Sr. Engenheiro da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, Michel Carvalho Gomes de Moraes, Telefone de Contato número 38 9 9860-1601. Para melhor facilitar a visita técnica, ficará previamente agendado os dias 25 e 29/05/2018 e 04.06.2018 às 09:00 horas**, possíveis datas em que as empresas interessadas poderão realizar a visita técnica. No entanto, dentro do período acima referido mediante prévio agendamento, a licitante interessada poderá fazer a visita técnica. Será exigido, para efeito de comprovação da visita técnica, a presença do engenheiro civil responsável técnico da empresa **munido com os seguintes documentos: Carteira de Identidade, Carteira Profissional expedida pelo Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia - CREA**. Também será admitido para a visita técnica o orçamentista da empresa que declare ter recebido todas as informações pertinentes à execução da obra.

4.1.1 - O engenheiro civil responsável técnico ou orçamentista da empresa será acompanhado pelo Sr. Engenheiro Civil responsável técnico da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, onde prestará todas as informações técnicas apresentadas pelos engenheiros representantes das empresas interessadas.



4.2 – O licitante fará declaração de visita ao local da obra assegurando conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza da execução da obra, nos termos dispostos no inciso III, Artigo 30 da Lei Federal nº. 8.666/93. Os licitantes não poderão alegar posteriormente desconhecimento de qualquer fato ou informação técnica necessária à elaboração da sua proposta. Mas, poderá, por escrito e devidamente assinado pelo representante legal solicitar quaisquer informações referente ao objeto do presente processo licitatório, do qual o Município tem o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis para resposta.

V – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE “DOCUMENTAÇÃO”

5.1 – O envelope “Documentação” deve ser opaco, inviolável e com lacre de forma que não possa ser conhecido o seu conteúdo antes da abertura de envelopes da fase de habilitação do presente certame.

5.2 – O envelope “Documentação” deverá conter em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - “DOCUMENTAÇÃO”
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT – MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2018 – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.3 – O envelope “documentação” para efeito habilitatório deverá conter os seguintes documentos:

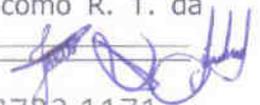
5.3.1 – **Certificado de Registro Cadastral – CRC** – emitido pela Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, que ateste a apresentação dos documentos de cadastro nos termos exigidos no presente edital.

5.3.1.1 – A apresentação do CRC acima aludido dispensa a apresentação dos documentos necessários à sua emissão, exceto o previsto no item 3.3.4.b (§ 3º. do Art. 32 da Lei Federal nº. 8.666/93).

5.3.2 - Prova de possuir em seu quadro permanente, ou mediante a formalização adiante especificada, na data de protocolo de sua proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, através de Certidão de Acervo Técnico (CAT), com Planilha anexa aprovada com carimbo deste órgão que comprove o registro, a execução mínima, na qualidade de responsável técnico, com os seguintes quantitativos: (Inciso II, Art. 30, da Lei Federal nº. 8.666/93):

Quantidade	Unidade	Discriminação
682	m ²	Execução da Pavimentação Asfáltica em Pré-Misturado a Frio (PMF)

5.3.2.1 - A prova de integração ao quadro permanente da licitante far-se-á, exclusivamente, por simples contrato de prestação de serviços, pela cópia da ficha de registro no livro de empregados ou pela vinculação societária; ou ainda pela inscrição no CREA como R. T. da



licitante, devendo a comprovação conter certidão de registro no Conselho e estar anexa aos atestados. **No caso de atestado técnico do engenheiro que seja empregado da licitante, deverá apresentar impreterivelmente a GPS ou GFIP, devidamente quitada, do mês de Fevereiro de 2018, que comprove o vínculo empregatício através de recolhimento das verbas previdenciárias compatíveis com o salário pago ao engenheiro.**

5.3.3 - **Indicação das instalações, do aparelhamento técnico e de pessoal** aptos e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que, **com seu assentimento expresso**, se responsabilizará pela execução das obras, compatível com suas respectivas competências profissionais definidas em lei (Inciso II, Art. 30, da Lei Federal nº. 8.666/93).

5.3.4 - Em cumprimento da Lei Federal nº. 9.854/99, Declaração de que não Emprega Mão-de-Obra de Menores, ou, empregando-a, cumpre a disposição expressada no inciso I do § 3º do artigo 227, com observância da norma estatuída no inciso XXXIII do artigo 7º, tudo da Constituição Federal, conforme modelo constante deste edital (Inciso IV Art. 30, da Lei Federal nº. 8.666/93).

5.3.5 – Termo de Compromisso assinado pelo representante legal da licitante do qual se compromete aceitar e assinar o instrumento de contrato nos termos propostos na Minuta de Contrato, anexo a este edital (Art. 64, Lei Federal nº. 8.666/93).

5.3.6 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2017), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, **vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios**, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente registrado na Junta Comercial do respectivo Estado da sede da licitante.

5.3.6.1. É condição indispensável para apresentação do Balanço Patrimonial referido no item anterior o registro na Junta Comercial.

5.3.7 – Demonstrações Contábeis **emitida pelo contador responsável técnico da empresa** com chancela do representante legal da licitante que comprove da boa situação econômico-financeira da licitante, consubstanciada no Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a um inteiro (1,00); Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a um inteiro (1,00) e Índice de Endividamento Geral (IEG) igual ou inferior a trinta centésimos (0,30). (Inciso I, Art. 30 da Lei Federal nº. 8.666/93).

O ILC, o ILG e o IGE serão calculados pelas seguintes fórmulas:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \quad \text{ILG} = \frac{(\text{AC} + \text{RLP})}{(\text{PC} + \text{ELP})} \quad \text{IEG} = \frac{(\text{PC} + \text{ELP})}{\text{AT}}$$

Nas fórmulas, AC é o ativo circulante; PC é o passivo circulante; RLP é o realizável a longo prazo; ELP é o exigível a longo prazo e AT é o ativo total. (§ 1º. do Art. 31 da Lei Federal nº. 8.666/93).



5.3.8 – Declaração da Inexistência da Superveniência de Fatos Impeditivos à participação da licitante no presente procedimento licitatório, nos termos do § 2º. do Art. 32 da Lei Federal nº. 8.666/93.

VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – O envelope relativo à Proposta de Preços, deverá ser apresentado contendo além da razão social e endereço do licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPES 02 - "PROPOSTA DE PREÇOS"
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT – MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2018 – TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2018
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.2 – O envelope Proposta de Preços deverá conter:

6.2.1 – Carta Proposta na qual conste: Valor ofertado pela execução do objeto expresso em moeda nacional com arredondamento até a segunda casa decimal, Prazo de Validade Mínima da Proposta (60 dias), Cronograma de Execução do Objeto compatível com a previsão do projeto, Dados Cadastrais da Licitante, identificação do representante legal da licitante, endereço onde o contrato poderá ser enviado, no caso de êxito no certame, bem como outras informações que julgar importante na definição e clareza da proposta.

6.2.2 – Cronograma Físico- Financeiro de execução do objeto licitado compatível com a Planilha Orçamentária;

6.2.3 – Planilha Orçamentária de Quantidades e Preços compatíveis com a Proposta apresentada;

6.2.4 – Quadro de Composição dos Custos Unitários de cada item ofertado na Planilha Orçamentária da Proposta, além do detalhamento de encargos sociais e do BDI, na forma exigida pelo Acórdão nº 3.938/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU.

6.3 - O julgamento obedecerá ao critério de MENOR PREÇO GLOBAL (EMPREITADA GLOBAL) final proposto. Este preço final será o somatório correto obtido pela multiplicação dos preços unitários cotados pela licitante em função das quantidades estimadas na "Planilha Orçamentária".

6.4 - A Comissão Permanente de Licitação poderá corrigir, de ofício, as inexatidões de materiais e os erros de cálculo porventura existentes na planilha justificadora do preço proposto por qualquer das licitantes.

6.5 - No preço proposto deverão estar computadas todas as despesas, inclusive as de mobilização e desmobilização, fornecimento de EPI's (equipamentos de proteção individual), comunicação, alugueis, reproduções, veículos, combustível, locação de obra e demais serviços topográficos, controle tecnológico de materiais, escritório de obras e demais despesas de

expediente, encargos sociais, impostos, bonificações e quaisquer outras, ainda que não especificadas neste edital, relativas às obras e serviços objeto desta licitação.

6.6 - Será desclassificada a proposta que não se contiver nos estritos termos das regras fixadas no artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, ou não atender às exigências do edital ou contiver preço total, final, excessivo.

6.7 - Considerar-se-á excessivo o preço final, total, proposto por licitante em valor superior ao orçado pela Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG.

6.8 - Poderá manifestar-se no curso dos trabalhos de julgamento, em nome da empresa licitante, tão somente seu dirigente, preposto ou procurador, os dois últimos credenciados através de documento entregue, no ato, à Comissão Permanente de Licitação.

VII – DO PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

7.1 - O prazo estimativo para execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de recebimento da "Ordem de Início/Serviço", que autoriza o início da execução do objeto.

7.2 - O prazo de vigência do Contrato tem como Termo Inicial o dia ___/___/___, data de assinatura do contrato; e Termo Final o dia 31/12/2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante consignação de dotação orçamentária nos exercícios seguintes.

VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – Para o julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em consideração o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste ato convocatório e legislação pertinente, considerando primordialmente o seguinte fator: MENOR PREÇO GLOBAL (EMPREITADA GLOBAL).

8.2 – Será desclassificada a proposta que apresentar os casos abaixo mencionados, mas, e em especial observância do disposto no Art. 48 da Lei Federal nº. 8.666/93:

8.2.1 - Não atender os requisitos deste instrumento convocatório;

8.2.2 - Não se refira ao objeto licitado;

8.2.3 - Apresente preço simbólico, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no art. 44 e art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº. 8.666/93;

8.2.4 – Apresente preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;

8.2.5 – Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidade ou defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento;



8.3 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, nos termos do § 2º, do art. 45 da Lei Federal nº. 8.666/93 e, no caso do empate ficto previsto nos Artigos 42 a 44 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, será assegurada a preferência de contratação da micro ou pequena empresa melhor classificada em detrimento da média ou grande empresa vencedora na abertura do envelope Proposta Comercial.

8.4 - Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências;

8.5 - No julgamento das propostas a Comissão Permanente de Licitação poderá a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

8.6 - Após julgamento não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente ou força maior aceito pela comissão.

XI – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

9.1 - O contrato/solicitação de serviços a ser firmado com a licitante adjudicatária incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias a fiel execução do objeto desta licitação.

9.2 - O contrato/solicitação de serviços firmado com o Município, não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sob pena de aplicação de sanção inclusive rescisão/cancelamento da solicitação de serviço.

9.3 - A tolerância da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo a Prefeitura exercer seus direitos a qualquer tempo.

9.4 - O início da execução do objeto da presente licitação deverá ser após a emissão da ordem de serviço por parte deste Município.

X – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - O pagamento decorrente da execução do objeto desta licitação será efetuado mediante expedição de "Boletim de Medição" pelo responsável técnico da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, na forma impressa, devidamente aprovado pela autoridade superior, após a emissão da respectiva nota fiscal.

10.1.1 - Para pagamento das medições de obras a que se refere o item anterior far-se-á necessário a apresentação da relação de funcionários, GFIP e CPS, inscrição exclusiva da Obra junto ao INSS, Anotação de Responsabilidade Técnica referente à execução da obra; e, ainda, provar estar quites com o FGTS e INSS (Certidão Negativa de Débitos).

10.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.



10.3 – Os recursos para cobertura deste processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Ficha 621 – 08.01.01.15.451.0049.3051.4490.51.00.

XI – DAS SANÇÕES

11.1 – Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta a Prefeitura Municipal poderá aplicar à adjudicatária as sanções previstas no art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis.

11.2 – Fica estabelecido o seguinte percentual de multa:

11.2.1 – 10% (dez por cento) sob o valor do bem a ser adquirido caso a adjudicatária sem justificativa alguma desista do mesmo.

11.3 – O recolhimento da multa referida no subitem 11.2.1 deverá ser feita, através de guia própria a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que a mesma fora aplicada.

11.4 – A adjudicatária será responsável, na forma do contrato de Obras e Serviços, pela qualidade da obra e serviços executados e dos materiais empregados em conformidade com as especificações técnicas do projeto, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, com o estabelecido no Caderno de Encargos do DEOP e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo Engenheiro do Município. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do serviço e na substituição dos materiais recusados, sem ônus para o Município e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

XII – DOS RECURSOS

12.1 – Das decisões da Comissão Permanente de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, após a divulgação dos resultados.

12.2 – Quaisquer recursos relativos a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, no setor de licitações, com endereço a Rua Frey Henrique nº. 99-B, Centro, Francisco Dumont/MG.

12.3 – Interposto recurso, dele será dada ciência aos licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4 – Serão admitidos os recursos impetrados por escrito e devidamente assinado pelo representante legal da empresa interessada ou procurador constituído na forma da lei com firma reconhecida em Cartório.

12.5 – O recurso encaminhado via fax não será conhecido pela Comissão Permanente de Licitações.



XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se no direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários oferecidos, obedecidos os limites estabelecidos no Art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.2 – O Município de Francisco Dumont/MG se reserva o direito de, por despacho fundamentado do Prefeito, e sem que caiba, em qualquer dos casos, à licitante interessada, direito a indenização:

a) revogar a licitação, em razão de interesse público formalmente justificado;

b) anular, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso;

c) homologar a licitação, sem prejuízo da redução superveniente das atividades por serem contratadas.

13.3 – Fica reservado à Prefeitura Municipal o direito de promover diligências conforme disposto no § 3º, do Art. 43, da Lei Federal nº. 8.666/93, cujos documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

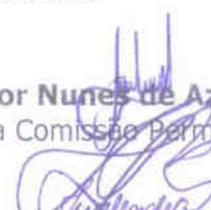
13.4 – A Comissão Permanente de Licitação é soberana para resolver os casos omissos.

13.5 – Fica implícito que os licitantes ao apresentarem suas propostas concordam integralmente em todos os termos/condições definidas no presente processo licitatório.

13.6 – As eventuais dúvidas sobre o presente certame somente serão respondidas se formalizadas por escrito, e encaminhadas até (3) três dias úteis antes da data de entrega dos envelopes de "Habilitação" e "Proposta Comercial".

12.7 – O foro da Comarca de Bocaiúva/MG é o competente para resolver quaisquer pendências oriundas do presente processo licitatório.

Francisco Dumont/MG, 17 de Maio de 2018.


Agenor Nunes de Azevedo Neto
Presidente da Comissão Permanente de Licitações


Herbert Leonardo Fonseca
Membro da Comissão Permanente de Licitações


Josina Neves Fonseca
Membro da Comissão Permanente de Licitações

ANEXO I
DIGITAR EM PAPEL TIMBRADO DA FIRMA

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT – MG

_____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), _____ portador da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.

RESSALVA: emprega menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ().

_____ de _____ de 2018.

(Representante legal)
Carimbo CNPJ

OBSERVAÇÃO: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



ANEXO II

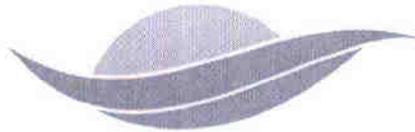
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à rua _____, nº _____, cidade _____ estado _____, por intermédio de seu engenheiro civil Sr. (a) _____, inscrito no CREA sob o nº _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, ATESTA, para fins do disposto no edital de licitação do Processo Licitatório nº 027/2018, Tomada de Preços nº. 005/2018, que realizou visita técnica em Francisco Dumont/MG no local da obra de execução da Obras de Pavimentação de Vias Urbanas em PMF, no dia ___/04/2018, tendo nesta ocasião recebido todas as informações pertinentes à realização da obra pelo Sr. Engenheiro Civil da Prefeitura de Francisco Dumont/MG.

Por ser verdade, atesto a presente.

_____ de _____ de 2018.

Representante legal da empresa
Carimbo CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



ANEXO III

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no art. 47 da Lei Federal nº 8.666/93, que recebeu da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG todos os elementos e informações necessárias a fim de elaborar sua proposta de preço com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____ de _____ de 2018.

Representante legal da empresa
Carimbo CNPJ

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Contrato de Empreitada Global que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, e de outro a empresa _____, nos termos e condições abaixo avençadas.

Contratante: Município de Francisco Dumont/MG

Contratada: _____

Contrato N°: _____/_____

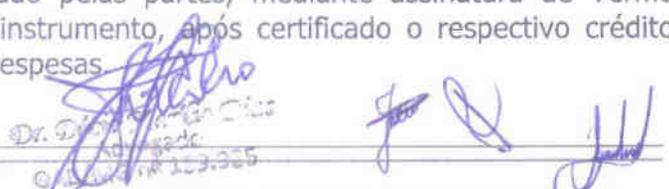
A **Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.885.485/0001-88, com sede à Praça Da Matriz nº 285 – Bairro Centro – Francisco Dumont/MG – CEP: 39.387-000, Inscrição Estadual Isenta; por seu representante legal, o Sr. Prefeito Municipal, **Eduardo Rabelo Fonseca**, Brasileiro, Divorciado, Empresário, residente e domiciliado à Rua Avenida Odilon Loures nº 161 – Bairro Centro – Francisco Dumont/MG – CEP: 39.387-000, portador da Cédula de Identidade sob o nº MG-11.341.356 e CPF sob o nº 042.204.184-12; neste ato simplesmente denominado CONTRATANTE; e por outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual sob o nº _____, com sede à Rua/Avenida/Praça _____ nº _____ – Bairro _____, Cidade de _____/ESTADO, CEP: _____; por seu representante legal, o Sr(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado à Rua/Avenida/Praça, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____/ESTADO, CEP: _____, portador de Cédula de Identidade sob o nº _____ e CPF sob o nº _____, neste ato denominada CONTRATADA; RESOLVEM, em comum acordo, celebrar o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato de empreitada global para **Execução das Obras de Pavimentação Asfáltica em Pré-Misturado a Frio (PMF), com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 846127/2017/Ministério das Cidades/ Caixa Econômica Federal com a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG**, por empreitada global do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme projeto básico e especificações técnicas composto de planilha orçamentária, memorial descritivo, memória de cálculo e Projetos Técnicos; além da Proposta de Preços apresentada na abertura do Processo Licitatório nº 027/2018, Tomada de Preços nº 005/2018; partes integrantes do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em _____ de _____ de _____ e finalizará em 31/12/2018, podendo ser prorrogado desde que acordado pelas partes, mediante assinatura de Termo Aditivo de Prazo do qual fará parte deste instrumento, após certificado o respectivo crédito orçamentário suficiente para acobertar tais despesas.


Dr. Eduardo Rabelo Fonseca
CPF: 042.204.184-12

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Como contrapartida pela execução do objeto do presente contrato, a contratante pagará ao contratado o valor de **R\$** _____ (_____), mediante aferição por Boletim de Medição de Obra (BMO) elaborado pelo engenheiro responsável técnico da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG e aprovação dos serviços executados pelo Departamento competente.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, após a emissão da Ordem de Início pela Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, podendo ser prorrogado por igual período devidamente justificado na ocorrência do disposto nos incisos I a VI do § 1º do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único - Se ocorrer motivo justificado para solicitação de prorrogação do prazo de execução das obras, esta só será considerada e apreciada, se efetuada antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente fundamentado e aprovado pela contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas oriundas da assinatura do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

Nº Da Ficha	Descrição da Dotação Orçamentária
621	08.01.01.15.451.0049.3051.4490.51.00

CLÁUSULA SEXTA - DO REPRESENTANTE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE nomeia o Sr. MICHEL CARVALHO GOMES MORAES, engenheiro civil inscrito no CREA 5062066058/D-SP, residente e domiciliado na cidade de Montes Claros/MG, à Rua _____, nº _____, Bairro _____ - CEP: _____ -000 - Tel: 38 37571177 - como representante para acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços executados, cabendo à CONTRATADA facilitar, em todas as suas fases, o desempenho dessa função e fornecer qualquer esclarecimento que lhe for solicitado.

§ 1º - Qualquer impedimento ao andamento dos serviços, deverá ser comunicado no mesmo dia, por escrito, ao CONTRATANTE.

§ 2º - O contratado deverá indicar por escrito à contratada preposto, aceito por esta, na Obra para representá-lo nos atos necessários à execução e andamento dos serviços.

§ 3º - No caso da ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados na obra, o contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte o ocorrido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



O pagamento far-se-á à medida da execução da obra mediante aferição por "Boletim de Medição de Obra" e emissão de Nota de Empenho, Nota Fiscal Fatura e entrega da relação de funcionários que laboraram na obra, GFIP e GPS, inscrição exclusiva da Obra junto ao INSS, Anotação de Responsabilidade Técnica referente à execução do objeto registrada e quitada junto ao CREA; e, ainda, prova de regularidade junto ao FGTS e INSS através da apresentação Certidão Negativa de Débitos válida.

§ 1º – O pagamento referido acima será feito por depósito bancário em conta corrente da contratada que deverá ser anexada à nota fiscal emitida.

§ 2º - Não será admitido adiantamento a título de instalação do canteiro de obras nem tampouco qualquer adiantamento de recursos sem que os serviços estejam executados.

§ 3º - O pagamento será feito em 30 (trinta) dias após a regular emissão dos documentos referidos no acima.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1º – São responsabilidades comuns entre as partes, dentre outras:

1 - O bom e fiel cumprimento das cláusulas ora acordadas;

2 - Arcar com os prejuízos que por ventura uma das partes venha a ocasionar à outra por dolo, má-fé, desídia ou omissão, que possa comprometer a boa execução do presente contrato.

§ 2º – São responsabilidades específicas do(a) contratado(a), dentre outras:

1 - Manter, durante toda a execução do contrato, equipamentos/maquinários/utensílios em número suficiente, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e, ainda, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2 - Executar fielmente os serviços contratados, conforme constante na planta, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e edital, responsabilizando-se pela sua qualidade e exatidão em consonância com as normas, especificações e critérios estabelecidos pelo CONTRATANTE;

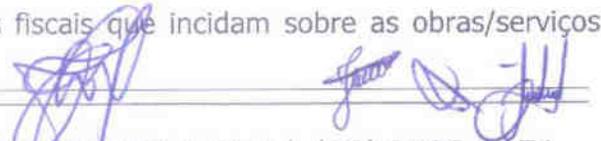
3 - Fornecer pessoal técnico, administrativo e operacional, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações e exigências decorrentes da Legislação Trabalhista, de Previdência Social e de Seguros;

4 - Tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas as metas de trabalho;

5- Fornecer os equipamentos, veículos e materiais necessários para a execução dos serviços;

6- Fornecer adequado transporte até o local dos serviços e no seu âmbito, para seu pessoal, equipamentos e materiais, arcando com todos os ônus daí decorrentes;

7 - Pagar todos os impostos, taxas e obrigações fiscais que incidam sobre as obras/serviços previstos neste contrato;



8 – Manter todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre o Município e a contratada feitos por escrito e/ou registrados no Diário de Obras, nas ocasiões devidas, não sendo aceitas quaisquer considerações verbais;

9 – Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a contratada se obriga a comunicar, por escrito ao Município a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação, devendo estar devidamente formalizada no livro de obras. Findos os motivos que determinaram a força ou caso fortuito, o contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10 – Efetuar a inscrição da obra junto ao INSS e a Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução, devendo ser entregues cópias desta junto ao setor de licitações pra ser apensada ao presente contrato.

11 – Arcar com as despesas referentes a danos causados a terceiros decorrentes da execução do objeto deste contrato.

12 – Cumprir fielmente o cronograma de obras quando da emissão de Ordem de Início.

13 – Cumprir com todos os pagamentos de verbas trabalhistas decorrentes da execução do objeto deste contrato;

14 – Zelar pelo patrimônio público decorrente da execução do objeto no período de execução do objeto deste contrato.

15 – Depositar a quantia referente à garantia da execução do contrato estipulada no edital de chamamento

§ 3º – São responsabilidades específicas da Contratante, dentre outras:

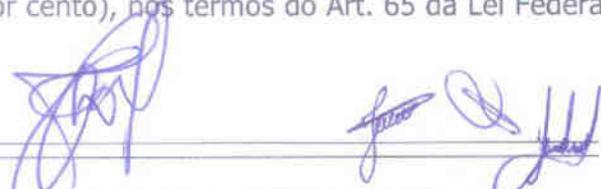
1 - Arcar com o pagamento de acordo com o estipulado na cláusula 3ª deste contrato;

2 – Cumprir fielmente o presente contrato;

3 – Emitir Termo de Recebimento Provisório a cada Boletim de Medição de Obra e Termo de Recebimento Definitivo quando da entrega do Objeto.

CLÁUSULA NONA – ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES e REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. A contratada fica, nos termos da legislação vigente, obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, a juízo da contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



9.2. É permitido o reequilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, desde que este seja provado através de documento fiscal através de cálculo aprovado pelo serviço de engenharia observado a composição do preço unitário da planilha orçamentária apresentada na abertura da Proposta de Preços do Processo Licitatório ao qual este contrato se acha vinculado; desde que haja prévia concordância por parte da contratada.

9.3. Os preços poderão ser atualizados pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice que vier substituí-lo, desde que aprovado pela Administração Pública Municipal.

9.4. Impostos, taxas ou contribuições que venham a ser criados após a assinatura deste Contrato, decorrentes de Leis Federais, Estaduais ou Municipais e que possam onerar o custo dos serviços, serão motivos ensejadores do reequilíbrio econômico e financeiro deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei e no regulamento, nos termos do disposto no art. 77, 81, 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Além das causas previstas no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, são causas de rescisão do presente contrato:

- 1 - Não cumprir, qualquer das partes contratantes, disposição contratual;
- 2 - Negligência do CONTRATADO devidamente comprovada, na execução dos serviços contratados, advinda de imperícia ou imprudência de seus sócios, empregados ou prepostos;
- 3 - Cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, das obrigações que assistem ao CONTRATADO, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;
- 4 - Inobservância, por parte do CONTRATADO dos prazos contratados;
- 5 - Paralisação ou suspensão, pelo CONTRATADO, dos serviços de sua responsabilidade, por período superior a 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior reconhecido pelo CONTRATANTE;
- 6 - Decretação de falência, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial do CONTRATADO;
- 7 - Serão, também, considerados motivos suficientes a imporem a rescisão de contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a prática de atos que objetivarem desvirtuar, impedir ou fraudar, de qualquer forma, o regular e normal cumprimento do pactuado, os seus objetivos ou as disposições legais a ele aplicáveis.

Parágrafo Único - Em caso de rescisão de contrato por inobservância do pactuado ou pela ocorrência de outros motivos ensejadores da rescisão (falência, concordata, protestos de títulos, etc.), os eventuais serviços contratados e já realizados serão pagos conforme aqui já estabelecido, sem que disto caiba qualquer tipo de indenização ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MULTA

10.1. Fica pactuada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das indenizações correlatas, caso a contratada descumpra com o disposto neste contrato e demais sanções previstas no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PREPOSTO E RESPONSÁVEL

13.1. O CONTRATADO indicará, sob sua responsabilidade, um representante devidamente credenciado, por quem se obrigará por suas declarações, capaz de atender com presteza a fiscalização do CONTRATANTE, receber correspondências, advertências e qualquer outro documento relativo ao presente Contrato ou ao serviço ora contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

14.1. O (A) CONTRATADO (A) se obriga a manter na sua empresa um Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), nos termos da Norma Regulamentadora nº 4 (NR-04, da Portaria 3.214, de 8/6/78-MT), organizando, caso possua mais de 50 (cinquenta) empregados, as CIPAS na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBEMPREITADA

15.1. É vedado ao CONTRATADO transferir ou ceder a terceiros, a qualquer título, parcial ou integralmente o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO A EDITAL DE LICITAÇÃO

16.1. Fica este instrumento, indispensavelmente vinculado ao edital de licitação, Processo Licitatório nº. 027/2018, Tomada de Preços nº. 005/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO ESPECIAL

17.1. Para dirimir qualquer questão oriunda do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Bocaiúva/MG, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução do presente contrato fica adstrito ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sendo que os casos omissos poderão ser supridos pelo disposto na Teoria Geral dos Contratos da Lei Federal nº 10.406/2005, além do disposto nos artigos 610 a 626 da mesma lei.

E, por estarem, assim, justos, combinados e contratados, em tudo quanto neste documento se contém, assinam-no em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Francisco Dumont/MG, _____ de _____ de 2018.

Eduardo Rabelo Fonseca
Prefeito Municipal de Francisco Dumont/MG

Razão Social da Contratante
Nome completo do representante legal
CONTRATADA
TESTEMUNHAS

1) _____ CPF nº: _____

2) _____ CPF nº: _____


Dr. Carlos Roberto de Almeida
Advogado
OAB nº 123.925



PROCESSO LICITATORIO 027/2018
TOMADA DE PREÇOS 005/2018

Objeto: empresa Especializada em Construção Civil para Execução das Obras de Pavimentação Asfáltica em Pré-Misturado a Frio (PMF), com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 846127/2017/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal com a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG.

Aos **07 (Sete) dias do mês de Junho de 2018, às 09h20min (nove horas e Vinte Minutos)**, na sala da Secretaria Municipal de Compras e Licitação, localizada à Rua Frey Henrique, 99B, Bairro Vila Nova, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, os quais foram devidamente designados pelo Exmo. Prefeito Municipal, através da **Portaria Municipal nº 841/2018, publicada no quadro de avisos no dia 30 Janeiro de 2018, Presidente: Agenor Nunes Azevedo Neto; Vice-Presidente: Herbert Leonardo Fonseca; 1º Secretária: Josina Neves Fonseca;** com o objetivo de receber os envelopes referente ao Processo Licitatório 027/2018 – **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018**, visando a **Contratação de empresa Especializada em Construção Civil para Execução das Obras de Pavimentação Asfáltica em Pré-Misturado a Frio (PMF), com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 846127/2017/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal com a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG**, visando atender a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Infraestrutura. **Até o horário estimado para abertura dos envelopes a Comissão Permanente de Licitações registrou o comparecimento de apenas 01 (uma) empresa interessada em participar do certame: CONSTRUTORA CONNAGE LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.467.359/0001-90, neste ato representada por seu representante legal o senhor *André Nunes Figueiredo*, RG MG-15.0001.376 PC/MG e CPF 078.774.876-57, tendo apresentado os Documentos pessoais dele e do Sócio da empresa, Cópia de Procuração lhe Concedendo plenos poderes para assinar e responder pela empresa acima citada com o respectivo original para conferência, Contrato Social da empresa extraído do site da JUCEMG, Certidão da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Carta de Credenciamento e Declaração de Microempresa conjugados, conforme modelos do edital. O edital teve ampla e irrestrita divulgação, tendo sido publicado nos jornais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG), Diário Oficial da União (DOU), Jornal de Notícias, Jornal Aquí e no Quadro de Avisos todos no dia 18 de Maio de 2018. Cerca de 04 (Quatro) empresas retiraram o edital que lhes foi enviado via e-mail, porém, apenas a 01 (uma) empresa compareceu no dia e hora estipulados para abertura dos envelope a empresa **CONSTRUTORA CONNAGE LTDA-ME**. O objeto em questão fundamenta-se na elaboração de projeto técnico para Pavimentação de Ruas no município de Francisco Dumont, cabe ressaltar que a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont tem suas atividades basicamente custeadas pelos repasses recebidos, uma vez que nossa arrecadação ainda é pequena para o



atendimento a toda a demanda da nossa população. O Projeto apresentado tem por objetivo a realização da pavimentação asfáltica em vias públicas do nosso município. Pretendemos com a revitalização beneficiarmos diretamente cerca de 350 famílias, aproximadamente 1.600 moradores. Entendemos que a oferta de infraestrutura é o primeiro passo para promoção da saúde e bem estar da nossa população. **Por estas razões, e tendo em vista a grande publicidade do edital, decidimos por dar continuidade ao certame CREDENCIANDO o licitante presente a Sessão.** A Comissão recebeu dois envelopes das empresas credenciadas (habilitação e proposta). As licitantes e os membros da comissão rubricaram todos os envelopes em suas aberturas. Em seguida a comissão procedeu a abertura do **envelope "I" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** - tendo a licitante e a comissão rubricado suas folhas. A equipe analisou os documentos de habilitação da licitante **CONSTRUTORA CONNAGE LTDA-ME** e constatou que a CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS da empresa encontra-se vencida nesta data, porém como a empresa comprovou ser Micro Empresa, esta comissão de licitação decide por conceder o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período para que a empresa regularize sua situação, conforme assegurado pela LC 123 artigo 43 **§ 1º**, que garante as micro e pequenas empresas este benefício, ficando a licitante ciente de que a não regularização de sua situação fiscal pode acarretar na sua rescisão contratual. Diante de todo o exposto esta comissão conclui que a empresa possui todos os requisitos solicitados no instrumento convocatório, e, portanto, **ficando habilitada a licitante para a fase da Proposta.** A Comissão indagou a licitante presente se tinha interesse em interpor recurso ou se desistiam desta prerrogativa, em conformidade com o art. 43, III, da Lei de Licitações. A licitante expressamente desistiu do recurso. A licitantes está habilitada a prosseguir no certame, bem como desiste do prazo recursal, assim sendo, foi aberto o envelope com a Proposta de Preços tendo a Comissão Permanente de Licitações encontrado o seguinte valor **Construtora Connage: R\$ 224.739,67 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Sessenta e Sete Centavos).** **A proposta apresentada pela licitante CONNAGE Encontra-se com os valores abaixo dos orçados na planilha orçamentaria, valor este estimado para a contratação que é de R\$ 224.995,19 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Dezenove Centavos), conforme planilha estimativa elaborada pelo corpo técnico da prefeitura, porém, como o município tem pressa em realizar os serviços para propiciar uma melhor condição e uma melhor qualidade de vida aos mesmos alavancando o sistema de infraestrutura do município, decidimos por Classificar a proposta da licitantes presente. Desta forma a Comissão Permanente de Licitações declara vencedora da Tomada de Preços 005/2018 a empresa CONSTRUTORA CONNAGE LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.467.359/0001-90, com o valor de R\$ 224.995,19 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Dezenove Centavos).** A Comissão Permanente de Licitações, considerando que o prazo previsto no Art. 109, I, "b" c/c art. 43, III, da Lei de Licitações é público e direcionado não somente aos licitantes, mas, também a demais possíveis licitantes não presentes, aos cidadãos, órgãos de controle da Administração Pública, **declara abertura o prazo**



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



recursal da Fase de Proposta de Preços, cujo Termo Inicial de Contagem é o dia 08.06.2018 e Termo Final em 14.6.2018 às 17h00Min. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, para lavratura da presente ata, que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e pelo licitante.


Agenor Nunes Azevedo Neto
Presidente.


Herbert Leonardo Fonseca
Vice-Presidente


Josina Neves Fonseca
1ª Secretaria

LICITANTE:

CONSTRUTORA CONNAGE LTDA-ME

CNPJ sob o nº 11.467.359/0001-90

André Nunes Figueiredo

RG MG-15.0001.376 PC/MG

CPF 078.774.876-57



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT
RESULTADO FINAL

Página 1 de 1

Processo/Modalidade: 27-5/2018

Modalidade: Pregão

Data Apuração: 07/06/2018

FORNECEDOR: CONSTRUTORA CONNAGE LTDA - ME

Item	Qtde	Unidade	Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
001	1,0000	Unidade	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS PUBLICAS DAS RUAS JOSE JADILSON DUARTE, RUA 3, RUA ELY DE MOURA E RUA FREY HENRIQUE	224739,670	224.739,6700
Valor Total:					224.739,6700



[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



CONTRATO

Contrato de Empreitada Global que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, e de outro a empresa Construtora Connage Ltda., nos termos e condições abaixo avençadas.

Contratante: Município de Francisco Dumont/MG
Contratada: Construtora Connage Ltda.
Contrato Nº: 68/2018

A **Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.885.485/0001-88, com sede à Praça Da Matriz nº 285 – Bairro Centro – Francisco Dumont/MG – CEP: 39.387-000, Inscrição Estadual Isenta; por seu representante legal, o Sr. Prefeito Municipal, **Eduardo Rabelo Fonseca**, Brasileiro, Divorciado, Empresário, residente e domiciliado à Rua Avenida Odilon Loures nº 161 – Bairro Centro – Francisco Dumont/MG – CEP: 39.387-000, portador da Cédula de Identidade sob o nº MG-11.341.356 e CPF sob o nº 042.204.184-12; neste ato simplesmente denominado CONTRATANTE; e por outro lado, a empresa **Construtora Connage Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob **11.467.359/001-90.**, Inscrição Estadual sob o nº **001535863.00-40.**, com sede a Rua Cristiano do 'o' nº 499 – Bairro Vila Guilhermina Cidade de Montes Claros/mg, CEP:39400.-465; por seu representante legal, o Sr(a)**André Nunes Figueiredo**, Brasileiro, Casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado à Rua Francisco Anolino de Sousa, nº 188, Bairro Barcelona Park, Cidade de Montes Claros/mg CEP: 39.401-825, portador de Cédula de Identidade sob o nº mg-15.001.376 ssp/mg e CPF sob o nº 078.774.876-57, neste ato denominada CONTRATADA; RESOLVEM, em comum acordo, celebrar o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato de empreitada global para **Execução das Obras de Pavimentação Asfáltica em Pré-Misturado a Frio (PMF), com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 846127/2017/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal com a Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG**, por empreitada global do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme projeto básico e especificações técnicas composto de planilha orçamentária, memorial descritivo, memória de cálculo e Projetos Técnicos; além da Proposta de Preços apresentada na abertura do Processo Licitatório nº 027/2018, Tomada de Preços nº 005/2018; partes integrantes do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 21 de Junho de 2018 e finalizará em 31/12/2018, podendo ser prorrogado desde que acordado pelas partes, mediante assinatura de Termo Aditivo de Prazo do qual fará parte deste instrumento, após certificado o respectivo crédito orçamentário suficiente para acobertar tais despesas.



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Como contrapartida pela execução do objeto do presente contrato, a contratante pagará ao contratado o valor de **R\$ 224.739,67 (Duzentos e Vinte Quatro Mil Setecentos e Trinta Nove Reais Sessenta sete Centavos)**, mediante aferição por Boletim de Medição de Obra (BMO) elaborado pelo engenheiro responsável técnico da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG e aprovação dos serviços executados pelo Departamento competente.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, após a emissão da Ordem de Início pela Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, podendo ser prorrogado por igual período devidamente justificado na ocorrência do disposto nos incisos I a VI do § 1º do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único - Se ocorrer motivo justificado para solicitação de prorrogação do prazo de execução das obras, está só será considerada e apreciada, se efetuada antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente fundamentado e aprovado pela contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas oriundas da assinatura do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

Nº Da Ficha	Descrição da Dotação Orçamentária
621	08.01.01.15.451.0049.3051.4490.51.00

CLÁUSULA SEXTA - DO REPRESENTANTE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE nomeia o Sr. MICHEL CARVALHO GOMES MORAES, engenheiro civil inscrito no CREA 5062066058/D-SP, residente e domiciliado na cidade de Montes Claros/MG, à Av: Mestre Fininha Centro- Montes Claros/mg como representante para acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços executados, cabendo à CONTRATADA facilitar, em todas as suas fases, o desempenho dessa função e fornecer qualquer esclarecimento que lhe for solicitado.

§ 1º - Qualquer impedimento ao andamento dos serviços, deverá ser comunicado no mesmo dia, por escrito, ao CONTRATANTE.

§ 2º - O contratado deverá indicar por escrito à contratada preposto, aceito por esta, na Obra para representá-lo nos atos necessários à execução e andamento dos serviços.

§ 3º - No caso da ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados na obra, o contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte o ocorrido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



O pagamento far-se-á à medida da execução da obra mediante aferição por "Boletim de Medição de Obra" e emissão de Nota de Empenho, Nota Fiscal Fatura e entrega da relação de funcionários que laboraram na obra, GFIP e GPS, inscrição exclusiva da Obra junto ao INSS, Anotação de Responsabilidade Técnica referente à execução do objeto registrada e quitada junto ao CREA; e, ainda, prova de regularidade junto ao FGTS e INSS através da apresentação Certidão Negativa de Débitos válida.

§ 1º – O pagamento referido acima será feito por depósito bancário em conta corrente da contratada que deverá ser anexada à nota fiscal emitida.

§ 2º - Não será admitido adiantamento a título de instalação do canteiro de obras nem tampouco qualquer adiantamento de recursos sem que os serviços estejam executados.

§ 3º - O pagamento será feito em 30 (trinta) dias após a regular emissão dos documentos referidos no acima.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1º – São responsabilidades comuns entre as partes, dentre outras:

1 - O bom e fiel cumprimento das cláusulas ora acordadas;

2 - Arcar com os prejuízos que por ventura uma das partes venha a ocasionar à outra por dolo, má-fé, desídia ou omissão, que possa comprometer a boa execução do presente contrato.

§ 2º – São responsabilidades específicas do(a) contratado(a), dentre outras:

1 - Manter, durante toda a execução do contrato, equipamentos/maquinários/utensílios em número suficiente, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e, ainda, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2 - Executar fielmente os serviços contratados, conforme constante na planta, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e edital, responsabilizando-se pela sua qualidade e exatidão em consonância com as normas, especificações e critérios estabelecidos pelo CONTRATANTE;

3 - Fornecer pessoal técnico, administrativo e operacional, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações e exigências decorrentes da Legislação Trabalhista, de Previdência Social e de Seguros;

4 - Tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas as metas de trabalho;

5- Fornecer os equipamentos, veículos e materiais necessários para a execução dos serviços;

6- Fornecer adequado transporte até o local dos serviços e no seu âmbito, para seu pessoal, equipamentos e materiais, arcando com todos os ônus daí decorrentes;

7 - Pagar todos os impostos, taxas e obrigações fiscais que incidam sobre as obras/serviços previstos neste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



8 – Manter todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre o Município e a contratada feitos por escrito e/ou registrados no Diário de Obras, nas ocasiões devidas, não sendo aceitas quaisquer considerações verbais;

9 – Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a contratada se obriga a comunicar, por escrito ao Município a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação, devendo estar devidamente formalizada no livro de obras. Findos os motivos que determinaram a força ou caso fortuito, o contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10 – Efetuar a inscrição da obra junto ao INSS e a Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução, devendo ser entregues cópias desta junto ao setor de licitações pra ser apensada ao presente contrato.

11 – Arcar com as despesas referentes a danos causados a terceiros decorrentes da execução do objeto deste contrato.

12 – Cumprir fielmente o cronograma de obras quando da emissão de Ordem de Início.

13 – Cumprir com todos os pagamentos de verbas trabalhistas decorrentes da execução do objeto deste contrato;

14 – Zelar pelo patrimônio público decorrente da execução do objeto no período de execução do objeto deste contrato.

15 – Depositar a quantia referente à garantia da execução do contrato estipulada no edital de chamamento

§ 3º – São responsabilidades específicas da Contratante, dentre outras:

1 - Arcar com o pagamento de acordo com o estipulado na cláusula 3ª deste contrato;

2 – Cumprir fielmente o presente contrato;

3 – Emitir Termo de Recebimento Provisório a cada Boletim de Medição de Obra e Termo de Recebimento Definitivo quando da entrega do Objeto.

CLÁUSULA NONA – ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES e REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. A contratada fica, nos termos da legislação vigente, obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, a juízo da contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



9.2. É permitido o reequilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, desde que este seja provado através de documento fiscal através de cálculo aprovado pelo serviço de engenharia observado a composição do preço unitário da planilha orçamentária apresentada na abertura da Proposta de Preços do Processo Licitatório ao qual este contrato se acha vinculado; desde que haja prévia concordância por parte da contratada.

9.3. Os preços poderão ser atualizados pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice que vier substituí-lo, desde que aprovado pela Administração Pública Municipal.

9.4. Impostos, taxas ou contribuições que venham a ser criados após a assinatura deste Contrato, decorrentes de Leis Federais, Estaduais ou Municipais e que possam onerar o custo dos serviços, serão motivos ensejadores do reequilíbrio econômico e financeiro deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei e no regulamento, nos termos do disposto no art. 77, 81, 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Além das causas previstas no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, são causas de rescisão do presente contrato:

- 1 - Não cumprir, qualquer das partes contratantes, disposição contratual;
- 2 - Negligência do CONTRATADO devidamente comprovada, na execução dos serviços contratados, advinda de imperícia ou imprudência de seus sócios, empregados ou prepostos;
- 3 - Cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, das obrigações que assistem ao CONTRATADO, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;
- 4 - Inobservância, por parte do CONTRATADO dos prazos contratados;
- 5 - Paralisação ou suspensão, pelo CONTRATADO, dos serviços de sua responsabilidade, por período superior a 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior reconhecido pelo CONTRATANTE;
- 6 - Decretação de falência, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial do CONTRATADO;
- 7 - Serão, também, considerados motivos suficientes a imporem a rescisão de contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a prática de atos que objetivarem desvirtuar, impedir ou fraudar, de qualquer forma, o regular e normal cumprimento do pactuado, os seus objetivos ou as disposições legais a ele aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



Parágrafo Único - Em caso de rescisão de contrato por inobservância do pactuado ou pela ocorrência de outros motivos ensejadores da rescisão (falência, concordata, protestos de títulos, etc.), os eventuais serviços contratados e já realizados serão pagos conforme aqui já estabelecido, sem que disto caiba qualquer tipo de indenização ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MULTA

10.1. Fica pactuada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das indenizações correlatas, caso a contratada descumpra com o disposto neste contrato e demais sanções previstas no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PREPOSTO E RESPONSÁVEL

13.1. O CONTRATADO indicará, sob sua responsabilidade, um representante devidamente credenciado, por quem se obrigará por suas declarações, capaz de atender com presteza a fiscalização do CONTRATANTE, receber correspondências, advertências e qualquer outro documento relativo ao presente Contrato ou ao serviço ora contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

14.1. O (A) CONTRATADO (A) se obriga a manter na sua empresa um Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), nos termos da Norma Regulamentadora nº 4 (NR-04, da Portaria 3.214, de 8/6/78-MT), organizando, caso possua mais de 50 (cinquenta) empregados, as CIPAS na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBEMPREITADA

15.1. É vedado ao CONTRATADO transferir ou ceder a terceiros, a qualquer título, parcial ou integralmente o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO A EDITAL DE LICITAÇÃO

16.1. Fica este instrumento, indispensavelmente vinculado ao edital de licitação, Processo Licitatório nº. 027/2018, Tomada de Preços nº. 005/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO ESPECIAL

17.1. Para dirimir qualquer questão oriunda do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Bocaiúva/MG, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução do presente contrato fica adstrito ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sendo que os casos omissos poderão ser supridos pelo disposto na Teoria Geral dos Contratos da Lei Federal nº 10.406/2005, além do disposto nos artigos 610 a 626 da mesma lei.



PREFEITURA MUNICIPAL
FRANCISCO DUMONT
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

E, por estarem, assim, justos, combinados e contratados, em tudo quanto neste documento se contém, assinam-no em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Francisco Dumont/MG, 21 de Junho de 2018.


Eduardo Rabelo Fonseca
Prefeito Municipal de Francisco Dumont/MG


CONSTRUTORA CONNAGE LTDA-ME
CNPJ- 11.467.369/001-90
ANDRÉ NUNES FIGUEIREDO JUNIOR
CPF-078.876-57

TESTEMUNHAS

- 1)  _____ CPF nº: 04255744662
- 2)  _____ CPF nº: 102.630.956.57